

Programa de ajuste da economia prevê arrocho monetário e juro alto

Sérgio Léo

BRASÍLIA — O governo esgotou a capacidade de financiar seus gastos emitindo papel-moeda ou títulos da dívida interna, e, se continuar essa trajetória, arrisca-se a aumentar o descrédito nos títulos oficiais e a perder de vez o controle da inflação, alerta o documento Programa de Modernização e Ajustamento, em fase de conclusão pelos ministros da área econômica. Uma consequência do descrédito seria uma corrida aos depósitos do overnight, que este ano representam quase 40% dos haveres financeiros (papel moeda, depósitos bancários e aplicações financeiras) em poder do público, aumentando a quantidade de dinheiro em circulação — que não chega a 12% desses haveres.

A intenção do programa, segundo o documento, é eliminar as necessidades de o governo emitir moeda ou o Banco Central buscar financiamentos no setor privado, o que garantiria recursos equivalentes a cerca de US\$ 2 bilhões 277 milhões para resgatar parte da dívida interna. Os recursos viriam do pagamento, pelos estados e municípios, de 25% de suas dívidas externas vencidas e a vencer no ano que vem.

Pressões — É por isso que se pretende agora eliminar todas as pressões do governo para buscar financiamento no setor privado, aumentando a dívida interna ou emitindo papel moeda. Assim, além de zerar o déficit dos orçamentos da União, da Previdência, das estatais e dos estados e municípios, o governo pretende eliminar as pressões sobre o Banco Central que obrigam a emissão de moeda, o superávit na balança comercial superior ao pagamento das dívidas externas e o déficit nas operações de crédito oficiais.

Esse esforço de eliminação dos déficits poderá garantir o que os economistas chamam de política monetária apertada, com aumento dos juros e redução de moeda em circulação, o que, segundo o programa de ajuste em preparação pelo governo forçará o setor privado a reduzir parte de seu estoque em títulos públicos — que serão comprados pelo Banco Central.

Técnicos temem a hiperinflação

O país caminha rapidamente para a hiperinflação e ela pode ser precipitada pelas dificuldades que o governo vem encontrando para rolar sua dívida interna, alerta o documento do Programa de Modernização e Ajustamento, ainda em versão preliminar, que a equipe econômica pretende divulgar na próxima semana, com as medidas de ajuste fiscal do governo. 'Não existe espaço de manobra para que a desintegração econômica e social que nos ameaça seja evitada de forma indolor', alarma o documento.

A ameaça de hiperinflação e o risco de que os saques do overnight possam quintuplicar a quantidade de dinheiro em circulação na economia, apressando a disparada dos preços, são os argumentos com que os ministros da Fazenda e do Planejamento pretendem convencer políticos, empresários e trabalhadores da emergência do pacote de ajuste do governo. Com o ajuste, diz o documento, o governo pretende não apenas zerar seu déficit anual, mas também trazer a zero o ~~deficit mensal. Ou seja, todo mês, um déficit na conta do~~ Orçamento de Crédito do governo, por exemplo, terá de ser compensado com um superávit no orçamento da União, na Previdência, estatais ou estados e municípios.

Juro alto — Para mostrar a mudança na política econômica, no início do Programa de Modernização e Ajustamento, a taxa do overnight - e, por consequência as taxas de juros - será mantida em níveis elevados', diz o documento que está sofrendo revisão em seu texto para ser apresentado à mesa de negociação do pacto social, o acordo com empresários e trabalhadores para baixar a inflação. Na medida em que a inflação baixar, a política de juros altos será progressivamente abrandada, prevê o programa. Esse abrandamento compensaria, a médio prazo, inclusive, o corte do crédito agrícola oficial aos grandes e médios proprietários agrícolas.

O governo quer reduzir a zero também as pressões inflacionárias provocadas pelo aumento da dívida pública, pela necessidade de converter em cruzados os superávits no comércio externo, pela conversão da dívida externa em cruzados para investimentos no país e pelos reembolsos feitos pelos credores externos (relending) às empresas privadas e estatais. Feito isso, quer que os empresários e trabalhadores negociem o fim da correção automática de preços e salários.

Congresso — Devido à necessidade de aprovação pelo Congresso do Orçamento da União, medidas para aumentar a receita do governo, como o fim de incentivos fiscais e privatização das estatais, deixam temerosos os responsáveis pelo programa de ajuste do governo que — ao contrário dos feitos anteriormente pelo governo não mais podem ser baixados por decreto-lei — agora estão apostando todos seus esforços na aprovação dessas medidas dentro do pacto social.

— O Congresso tem autonomia, mas não pode ser o único contra o ajuste, se empresários e trabalhadores o aprovarem — raciocina um graduado assessor do Ministério da Fazenda. Os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, esperam concluir esta semana a versão final do Programa de Modernização e Ajustamento que, em sua versão preliminar, inclui as medidas de liberalização de importações e criação do dólar-turismo apreciados ontem no Conselho Monetário Nacional. (S.L.)